



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30/11/2021

Os/as jornalistas profissionais do Paraná se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto entre os Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Paraná e do Norte do Paraná, no dia 30 de novembro de 2021, às 19h30, em primeira convocação e, às 20 horas, em segunda convocação, conforme Edital de Convocação publicado em 26 de novembro de 2021, para avaliar e discutir questões referentes à campanha salarial para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2021/2022 e para avaliar a proposta patronal: de reajustar os salários dos jornalistas em 3,7% a partir do salário de janeiro de 2022 e sem o pagamento de retroativo. Em decorrência da pandemia de Covid-19 e atendendo recomendações das instituições públicas de saúde, nos níveis municipal, estadual, nacional e internacional, no sentido de evitar aglomerações, a Assembleia foi realizada por meio da plataforma online Google Meet. A assembleia foi aberta às 20 horas, em segunda convocação, quando o diretor-presidente do SindijorPR, Célio Martins, agradeceu aos/as jornalistas presentes, realizou uma saudação em nome da nova gestão do Sindicato e realizou esclarecimentos sobre o andamento da campanha salarial. Na sequência, a diretora de Defesa Corporativa, Aline de Oliveira Rios, apresentou um histórico sobre o andamento das negociações, desde a entrega da pauta de reivindicações dos trabalhadores, em 20 de maio de 2021, quando os jornalistas solicitaram o reajuste de 7,59% e que os empresários oferecessem ajuda de custos aos profissionais que estavam em teletrabalho, entre outras questões. O secretário-geral do Sindijor Norte PR, José Adalberto Maschio, acrescentou que, para os patrões, o anuênio é compreendido como 1% de reajuste a mais, esclarecendo ainda que essa não é a compreensão dos trabalhadores que veem o benefício como algo inegociável. Diante dos esclarecimentos sobre o contexto da campanha salarial, Maschio questionou os jornalistas presentes sobre quais seriam as perspectivas de ação para a campanha salarial, observando ainda que os jornalistas paranaenses já estavam desde maio sem a proteção da CCT. O diretor-presidente do SindijorPR então reforçou a proposta de Maschio, solicitando que os jornalistas se manifestassem na sequência. Em seguida, o jornalista Vítor Ogawa, que trabalha na Folha de Londrina, expôs que a redação conta com poucas pessoas e que estas não estavam dispostas a fazer paralisação, frisando ainda que a proposta patronal era ruim, mas diante de



não ter CCT, seria difícil avançar e conseguir mais ganhos. Em seguida, o secretário de Imprensa do Sindijor Norte PR, Ricardo Andretto Fonseca, se manifestou ressaltando que a data-base estava vencida desde 1º de maio e que a cada ano os patrões vêm arrastando as negociações salariais para não pagar o retroativo. Fonseca observou também que a proposta patronal prevê o pagamento do reajuste somente no salário que será recebido em fevereiro, mas que sem a CCT, os patrões podem passar a desrespeitar direitos dos jornalistas. O secretário de Imprensa do Sindijor Norte PR enfatizou ainda que era preciso pensar, no caso de negar a proposta dos patrões, no que retornaria à mesa de negociação e que, considerando o histórico, neste caso, os patronais só voltariam a responder os jornalistas por volta de março de 2022. Fonseca acrescentou também que existia o risco de os jornalistas negarem a proposta e chegar em março com pouca ou nenhuma diferença (no caso de uma nova proposta patronal) e sem retroativo, mas que era preciso analisar os cenários e a força dos jornalistas – sem esquecer de destacar que os patrões seguem fazendo vultosos investimentos, enquanto a situação financeira dos jornalistas só vem piorando. Rafael Silva, repórter cinematográfico da RIC Maringá, pediu a palavra e expôs que não é jornalista de formação, mas graças à uma conquista do movimento sindical, tem os mesmos direitos dos jornalistas por formação. Silva manifestou que enquanto oferecem R\$ 100,00 de reajuste aos trabalhadores, os patrões vêm faturando cada vez mais e que, na avaliação dele, os empresários se enrolam para negociar porque os jornalistas não são unidos. Silva observou, por fim, que havia na empresa em que trabalha um grupo forte e disposto a parar as atividades para pressionar os empresários e que em sua opinião, a categoria deveria ‘ir pra cima’, pois os jornalistas estão gastando cada vez mais e praticamente não têm mais o que perder. O jornalista Luis Fernando Wiltenburg abriu o microfone para falar, mas estava com problemas de áudio e pediu para que outro jornalista usasse a palavra antes. Então, o repórter da RPC Guarapuava, Victor Hugo Bittencourt, enfatizou que mais uma vez os patrões tentam vencer os jornalistas pelo cansaço, arrastando as negociações e colocando os jornalistas nesta condição. Bittencourt expôs sua irritação e indignação, mas ponderou que não vê muita disposição da categoria para promover mobilização e nem tampouco, interesse em compreender os meandros das negociações. Por outro lado, Bittencourt lembrou que a estratégia de expor publicamente os empresários de



Comunicação, sugerida em outra plenária da categoria, vem sendo aplicada pelos sindicatos de trabalhadores. A jornalista da Gazeta do Povo, Fernanda Leitões, logo na sequência, pediu a palavra e questionou se havia a possibilidade de os patrões piorarem a proposta e quais seriam as alternativas caso os empresários passassem a desrespeitar a CCT. Em seguida, a jornalista freelancer em Toledo, Larissa Gomes, esclareceu que não era paranaense e que em seu Estado, no Alagoas, houve uma ofensiva patronal que tentou reduzir os salários dos jornalistas em 40%, ocasião em que cerca de 90% da categoria daquele Estado parou as atividades, promovendo 15 dias de greve. No entanto, Larissa acrescentou que ocorreram retaliações ao movimento grevista alagoano e que pelo menos 100 jornalistas foram demitidos, principalmente da TV Gazeta de Alagoas (ligada à família Collor e afiliada da Rede Globo). Larissa destacou ainda que foi uma das jornalistas demitidas na época e que até hoje não conseguiu receber os direitos referentes aos oito anos em que atuou na empresa. O diretor de Esporte do SindijorPR, Gustavo Henrique Vidal, pediu para responder Larissa e Fernanda e iniciou pontuando para a jornalista de Toledo que o movimento que ocorreu em Alagoas difere em contexto da negociação salarial no Paraná e que se houvesse tentativa de reduzir salários aqui no Estado, os profissionais paranaenses certamente também cruzariam os braços. Gustavo, então, disse à Fernanda que sem a CCT, o que vale é o que consta na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou seja, não existe 100% de reflexo sobre as horas extras, nem anuênio e muito menos, regras para a demissão coletiva. O diretor de Esporte ressaltou ainda que o único direito resguardado aos jornalistas na CLT é a jornada de 5 horas diárias, podendo chegar a 7 horas diárias (considerando o limite admissível de horas extras). Gustavo exemplificou ainda que, sem a CCT vigente, os empresários poderiam demitir os jornalistas atualmente empregados e contratar outros pagando o piso salarial que bem entendessem. O diretor de Esporte do SindijorPR também recordou que em 2016 os patrões já haviam oferecido 0% de reajuste, o que se repetiu em 2020 e neste ano, mas que em 2016, o Sindicato parou as redações e conseguiu demonstrar que os jornalistas não iriam aceitar aquele absurdo. No entanto, Gustavo contrapôs que com a pandemia, é difícil pensar em mobilização efetiva (muitos jornalistas estão em home office) e que talvez se possa pensar em fechar a negociação deste ano garantindo 50% da inflação, como aconteceu em 2020, e já pensando em melhorar



as estratégias de mobilização para recuperar isso na próxima campanha salarial. Antes de passar a palavra, Gustavo disse ainda que todo mundo estava descontente, mas que cada jornalista precisava pensar no que consegue fazer em caso de mobilização e, que mesmo com os sindicatos expondo as perdas dos jornalistas e os custos de produção que vêm sendo assumidos pelos profissionais, os patrões não estavam dando qualquer atenção às pautas dos trabalhadores. Em seguida, o jornalista Luis Fernando Wiltenburg, após corrigir a questão do áudio, pediu novamente a palavra e expôs que nesta negociação, em sua avaliação, os jornalistas tinham poucas chances de mudar alguma coisa. Wiltenburg avaliou que a pandemia prejudicou por completo a mobilização e que há uma indisposição por parte da categoria em lutar mais. Para Wiltenburg, sem disposição coletiva para lutar, os jornalistas não terão avanços nem nesta negociação e nem nas próximas. Ele citou o exemplo da Folha de Londrina, que não pagou o salário e nem o 13º salário e que mesmo assim, não via indignação suficiente por parte dos jornalistas. Com isso, Wiltenburg propôs que os jornalistas buscassem pensar em uma forma de redução de danos, esclarecendo ainda que com a 'deforma trabalhista', não existe mais a ultratividade da CCT. Célio, presidente do SindijorPR, tomou a palavra para responder uma questão encaminhada pelo chat da plataforma, sobre a possibilidade de buscar um dissídio coletivo. Célio explicou que no passado a política de dissídio era mais favorável, mas que hoje, para buscar um dissídio coletivo, é preciso que patrões e trabalhadores concordem com essa alternativa e que mesmo assim, na atual conjuntura, o dissídio coloca em risco uma série de direitos já assegurados na CCT. O jornalista Danilo Marconi pediu para se manifestar e declarou que, atualmente, seis em cada 10 categorias de trabalhadores não tiveram reposição integral da inflação durante a pandemia, questionando a possibilidade de buscar o fechamento da CCT por dois anos. Maschio então tomou a palavra e respondeu que a renovação da CCT por dois anos era uma das reivindicações dos trabalhadores, mas que não foi aceita pelos sindicatos patronais. Danilo Marconi voltou a usar a palavra e disse que, em sua visão, o reajuste proposto agora pelos patrões seria aplicado por três meses, que representava 50% da inflação e que em abril de 2022 seria aberta uma nova negociação. O diretor-presidente do SindijorPR, Célio Martins, concordou, frisando que em 1º de maio de 2022 os jornalistas estarão sem CCT novamente, caso a negociação se estenda demais. Danilo perguntou se havia alguma alteração



nos termos da CCT anteriormente vigente na atual proposta patronal e Gustavo Henrique Vidal respondeu que não. Gustavo ilustrou ainda que, aprovada a proposta patronal, ninguém corria risco de ter que devolver o anuênio já eventualmente recebido antes do fechamento da CCT e que o reajuste aprovado agora será aplicado sobre o salário de quatro meses antes do vencimento da data-base. Danilo, em seguida, questionou sobre a situação de outros sindicatos de jornalistas no Brasil e a diretora Aline de Oliveira Rios expôs os dados de um levantamento nacional realizado pelos sindicatos de trabalhadores. Maschio então pediu a palavra para responder outra manifestação de jornalista pelo chat, em que uma pessoa identificada como Simone afirmou que não é possível aceitar o reajuste sem o pagamento de retroativo. O secretário-geral do Sindijor Norte PR frisou que não se trata de uma decisão de direção dos sindicatos e sim, da categoria, e que era preciso que as pessoas tomassem posição e se manifestassem publicamente na reunião e não realizando manifestações esparsas pelo chat. Célio Martins, concordando com Maschio, enfatizou a importância da argumentação coletiva na assembleia. Fonseca, secretário de Imprensa do Sindijor Norte PR, então declarou que havia a possibilidade de ampliar a mobilização, mas que era preciso que a categoria avaliasse muito bem os riscos, pois o salário de R\$ 1,8 mil pago por algumas empresas do interior que burlam a CCT poderia passar a ser pago também aos demais jornalistas – que sem a CCT poderiam ser demitidos e contratados por este valor. Fonseca, realizando um desabafo pessoal, ressaltou ainda que os sindicatos estavam lá para representar os trabalhadores, mas que era preciso que os jornalistas se manifestassem seriamente e deixassem de realizar declarações aleatórias e que não contribuíam para o debate. O secretário de Imprensa do Sindijor Norte PR ressaltou também que ninguém deveria se deixar levar pela ‘cultura do medo’ e recordou da ação dos sindicatos (carta conjunta e aprovação de moção de repúdio contra os empresários no Congresso Nacional dos Jornalistas) que destravou as negociações, destacando novamente a necessidade de participação efetiva dos jornalistas presentes. Célio aproveitou para enfatizar que quase 80 jornalistas estavam participando da assembleia conjunta, um número relevante em sua avaliação. Danilo Marconi voltou a se manifestar e observou que considerando os dados apresentados sobre as negociações salariais dos Sindicatos de jornalistas de outros Estados, o Paraná ainda teria o terceiro ou quarto maior reajuste do Brasil, ainda que fosse baixo. O



jornalista Danilo disse que não via perspectiva de avanços e que 80 pessoas, em sua avaliação, era um número extremamente baixo de jornalistas e que já era ilustrativo da falta de mobilização da categoria. Danilo observou ainda que a atual proposta era o que se tinha após quase oito meses de negociação e diante de uma ‘corda extremamente esticada’. Célio respondeu as observações de Danilo reconhecendo que 80 pessoas para uma categoria com a expressão dos jornalistas era pouco, mas que julgava importante enfatizar e valorizar a iniciativa de quem, apesar de tudo, havia se disposto e estava participando da assembleia. Rafael Silva, da RIC, voltou a pedir a palavra e disse que acreditava que a diretoria do Sindicato estava induzindo a categoria a aceitar os 3,7% e que em Maringá, na RIC, eles eram em seis repórteres favoráveis à manifestação e disse que não mudaria sua posição de ‘partir para a luta’ porque a ‘humilhação estava sendo diária’ para a categoria. Auber Silva, jornalista da RIC de Londrina, disse que estava revoltado porque testemunhou os patrões comemorando o aumento de 30% no faturamento, mas que era necessário ser realista, pois estar com a CCT vencida era muito grave e que talvez o melhor fosse aceitar a atual proposta numa perspectiva de redução de danos. Auber expôs novamente a revolta com o fato de os empresários estarem aproveitando o momento atual para comprar emissoras e realizar outros investimentos, mas que a chance de mobilização era 0, então, era preciso avançar e repensar as estratégias para a próxima campanha salarial. O diretor-presidente Célio Martins destacou, em seguida, que os jornalistas paranaenses tiveram 1,6% de perdas na CCT anterior e que com a perda de 3,8% na atual negociação, seriam 5,3% de perdas acumuladas. Célio observou ainda que, se considerada a inflação incidente após o vencimento da data-base, as perdas eram de 15 a 16%. Para Célio, era preciso refletir sobre essas perdas e buscar estratégias para reparar ou minimizar isso na próxima negociação. Gustavo esclareceu outro questionamento realizado pelo chat, observando que a ausência da CCT não afeta os acordos individuais e/ou acordos coletivos por empresa – instituídos pela ‘deforma trabalhista’. Dirigindo-se a Auber, Gustavo declarou que os patrões são uns canalhas e que estão usando a pandemia para aumentar os lucros, enquanto os jornalistas de 75% das empresas de Comunicação do Estado sofreram cortes de salários e jornada em 2020. Segundo Gustavo, os patrões estão aproveitando a pandemia para ‘esfolar’ os jornalistas o máximo que conseguem e que isso vem ocorrendo desde março de 2020. Célio



tomou a palavra e expôs que os Sindicatos de Jornalistas não foram para a assembleia com posição definida e que, se fosse assim, bastaria orientar a aprovação e votar a proposta, sem o debate que estava acontecendo. Gustavo então expôs que o cenário era ruim e que era preciso pensar no impacto nos R\$ 100,00 de reajuste no longo prazo e o quanto as perdas implicam na corrosão dos salários dos jornalistas. Gustavo lembrou ainda que as pressões enfrentadas pelos jornalistas são tamanhas que, em algumas empresas, mesmo que a assembleia deliberasse, não haveria adesão à mobilização. Para finalizar, Gustavo lembrou que muitos jornalistas ficariam muitos expostos diante dos patrões em uma eventual mobilização e que era preciso pensar nestas questões e por isso, os Sindicatos estavam pedindo que todos participassem do debate. Danilo Marconi realizou um resgate histórico e listou uma série de ocasiões em que ocorreram manifestações e mobilizações esvaziadas no Norte do Estado e em que sequer os jornalistas que estavam com salários atrasados (por exemplo) apareciam para protestar. Maschio expôs então que integra o movimento sindical há muitos anos e que não existe patronato mais miserável do que o paranaense, pois trata-se de um Estado bastante reacionário. Maschio salientou também que era preciso tomar decisões e que todos precisavam entender que seriam responsáveis pela decisão e pelas consequências dela. Célio então define um tempo para novas inscrições a fim de dar encaminhamento à assembleia. A jornalista aposentada Valdete da Graça se manifestou e disse que milita no movimento sindical há 35 anos e que não consegue ver qualquer mobilização. Valdete também listou mobilizações ocorridas no Norte do Paraná, em que nem mesmo os jornalistas interessados nas mobilizações apareceram para protestar/reivindicar seus direitos. Valdete declarou também que recusar a 'migalha' oferecida pelos patrões já era uma forma de protesto. Reinaldo Zanardi afirmou que participou das últimas três negociações salariais e que entende que os patrões têm protelado o máximo para não pagar o retroativo e que é preciso pensar em estratégias para contrapor isso. O diretor de Cultura do SindijorPR, Dary Esteves Júnior, pediu a palavra e destacou os dados da última edição da pesquisa do perfil do jornalista brasileiro e em que consta que 66% dos jornalistas brasileiros estão estressados; 34% sofrem de estresse; 21% foram diagnosticados com algum tipo de transtorno mental e 31% tomam algum tipo de medicação. Dary manifestou concordância com os jornalistas que se manifestaram antes dele,



mas ponderou que não via como uma 'categoria em frangalhos' teria condições de realizar uma ampla manifestação para contrapor a proposta patronal que, em sua visão, ofende os jornalistas paranaenses. Diante disso, Dary propôs o que ele considerou como 'pragmatismo', no sentido de que a proposta patronal fosse aceita, tendo em vista que mesmo sendo pouco, os R\$ 100,00 do reajuste poderiam fazer diferença para muitos colegas da categoria. O diretor-presidente do SindijorPR encerrou as inscrições para as manifestações individuais às 21h28 e pediu para que Fonseca esclarecesse sobre o procedimento para votação. Maschio pediu questão de ordem e disse que antes de abrir votação, a categoria precisava decidir se realmente votaria a proposta. A diretora executiva do SindijorPR, Silvia Valim pediu a palavra e destacou a necessidade de que todos tivessem consciência ao votar e que talvez o melhor fosse deixar para pensar em mobilização na próxima campanha salarial, pois, em sua análise, o número de participantes na assembleia já demonstrava a dificuldade para mobilizar a categoria. Maschio, Fonseca e Ayoub Hannah Ayoub realizaram considerações sobre a votação em seguida e após as explicações do secretário de Imprensa do Sindijor Norte PR, foi aberta a votação às 21h46 pelo sistema de preenchimento de um documento no Google Form. Gustavo enfatizou que quem não estava na assembleia não poderia e não deveria votar. Enquanto os demais colegas votavam, Larissa, o diretor de Interior do SindijorPR, Cleber Moletta, e Dary realizaram manifestações individuais não relacionadas à campanha. Às 21h58, Fonseca apresentou o resultado da votação, em que: 41 jornalistas presentes, ou seja, 69,5% dos votantes aprovaram a proposta patronal; 16 jornalistas, totalizando 27,1% dos presentes, rejeitaram a proposta patronal; e dois participantes da assembleia, 3,4% dos presentes, optaram por se abster na votação. Em seguida, Célio Martins esclareceu que a proposta patronal havia sido aprovada pelos jornalistas presentes e que a decisão, bem como os demais encaminhamentos, seriam comunicados à categoria no dia seguinte. Gustavo e Célio avaliaram a possibilidade de agendar uma mesa com os representantes dos patrões para apresentar o resultado e fazer uma última tentativa de buscar o retroativo. Célio finalizou expondo que a decisão era muito ruim e que a categoria teve muitas perdas e, por essa razão, seria necessário enfatizar isso na comunicação sobre o resultado da assembleia. A diretora de Ação para a Cidadania do SindijorPR, Thea Tavares, e Dary deram sugestões sobre futuras ações para pressionar os patrões, enquanto Maschio defendeu que



seja realizada uma plenária em janeiro de 2022 para fechar a pauta e definir as ações para a próxima negociação salarial. Às 22h15 a assembleia foi encerrada. Por serem verídicas as informações relatadas acima, eu, Aline de Oliveira Rios, redigi a presente Ata, a qual leva minha assinatura.

ALINE DE OLIVEIRA RIOS

Diretora de Defesa Corporativa do SindijorPR